

A ATUAÇÃO DA MEDICINA E DA POLÍCIA SOBRE OS LOUCOS SERGIPANOS (1907)

Wagner Emmanoel Menezes Santos ¹

Resumo: O início da república brasileira foi marcado por novas concepções sobre a loucura e os loucos na sociedade. Nesse momento, os médicos começaram a ganhar ainda mais expressão e se aliaram ao governo para tentar conter os grupos considerados degenerados, fazendo um controle sobre a saúde da população. Os loucos se tornaram um problema social e passaram a sofrer um controle da medicina e da polícia, que os retiraram das ruas e passaram a colocá-los em hospícios. O artigo tem o objetivo de discutir a atuação dos médicos e dos policiais sergipanos sobre os loucos que ficavam perambulando pelas ruas, bem como notar qual a solução encontrada para tal fato social. A fonte consultada foi o relatório do presidente do Estado de Sergipe, Guilherme de Sousa Campos, referente ao ano de 1907.

Palavras-chave: Loucos; Médicos; Polícia

THE ACTING OF MEDICINE AND POLICE ON THE SERGIPANS CRAZY PEOPLE (1907)

Abstract: The beginning of the Brazilian republic was marked by new conceptions about madness and the crazy people in society. At this point, doctors started to gain even more expression and team up with the government to try to contain the groups considered degenerate, making a control over the health of the population. The crazy people become a social problem and were under the control of medicine and the police, who removed them from the streets and put them in hospices. The article aims to discuss the actions of the doctors and police officers from Sergipe about the crazy people who strolled around the streets, as well as to find the solution for such a social fact. The source consulted was the report of the State President of Sergipe, Guilherme de Sousa Campos, for the year 1907.

Keyword: Crazy People; Doctors; Police

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe. Email: wagneroficial@bol.com.br (<http://lattes.cnpq.br/0109444730612001>)

Introdução

Luziam, vagamente, as últimas estrelas...
Um louco errante que passava, ao vê-las,
resmungando, feroz, qualquer coisa consigo,
lhe arremessa uma pedrada.
O céu, alto, nem viu esse ingênuo inimigo.
Que lhe vem de encontro a pedra
arremessada...
Furioso, a gaguejar umas frases impuras,
ele atira, a seguir, novo insulto às alturas.
Nisso, corre no espaço uma estrela cadente,
e outra, logo depois, velocíssimamente...
Emociona-se todo, ao longo do caminho,
como um menino que matasse um
passarinho.
- "Chega! – por fim exclama em tom profundo
– Chega! Senão derribo o céu daqui a
pouco...".
Ouvindo-te falar, lembrei-me, ingênuo louco,
dos milhões e milhões de críticos do mundo...²

O advento da república brasileira trouxe mudanças nas formas de entendimento e de enfrentamento da loucura. Por conta da abolição da escravatura, dos movimentos migratórios e da urbanização, temeu-se que o país enfrentasse um caos urbano, então, preconizaram-se discursos políticos e intelectuais que tivessem uma preocupação em livrar a sociedade de indivíduos e grupos considerados perigosos. Coube, principalmente, aos alienistas – que se juntaram com o Estado – a tarefa de identificar e isolar os indivíduos degenerados, que podiam causar algum risco à sociedade, permeando uma espécie de desordem social.³ A loucura passou a ser mais controlada pelo poder médico, tendo o louco um estatuto de doente e incapaz, como alguém que deveria ser protegido e tratado.⁴ Começou uma

² CAMPOS, Cleómenes. O louco e as estrelas. *Revista da Academia Sergipana de Letras*, v. 1, nº. 2, Aracaju (Sergipe), 1931.

³ WEYLER, Audrey Rossi. A loucura e a República no Brasil: a influência das teorias raciais. *Psicologia USP*, v. 17(1), 17-34, 2006.

⁴ Ewerton Luiz colocou que: "As Santas Casas de Misericórdia – instituições sociais constituídas como irmandades laicas com objetivos caritativos, como alimentar famintos, dar roupas aos nus, tratar os doentes, dar abrigo aos viajantes e água aos sequiosos – foram implantadas no Brasil durante a colonização portuguesa e assumiram o papel de assistência

preocupação das autoridades públicas para com os loucos, que circulavam nas ruas, e com os indivíduos considerados indesejáveis, caso dos desordeiros, alcoólatras, mendigos e entre outros.⁵ Ou seja:

O alienismo tematiza segmentos sociais resistentes a disciplinarização, a normatização, à moral e aos bons costumes, destacando-se os temas da civilização, da raça, da sexualidade, da prostituição, do trabalho, do alcoolismo, da delinquência, do fanatismo religioso e da contestação política, objetos a partir dos quais podemos afirmar uma relação evidente da ameaça da integridade da ordem estabelecida com doenças mentais, e uma necessidade de retirar estes elementos desagradáveis dos locais públicos e, portanto, visíveis.⁶

Neste momento, é preciso fazer alusão à obra *O alienista*, do consagrado autor Machado de Assis. Em tempos remotos, na vila de Itaguaí viveu o Dr. Simão Bacamarte, que estudou em Coimbra e Pádua, com sua esposa D. Evarista da Costa e Mascarenhas, que não era bonita e nem simpática. O médico se dedicou no estudo e na prática da medicina, optando pelo “recanto psíquico, o exame da patologia cerebral”.⁷ Os loucos da região foram trancados em suas respectivas casas, até que a morte chegava, e os mais mansos andavam à solta pela rua. Simão Bacamarte pediu à Câmara para que os loucos fossem internados em um edifício que ele iria construir. Com a permissão, começou a construção que

aos alienados. Estes, em geral, caso não fossem remetidos às dependências da santa casa, eram trancafiados em cadeias, vagavam nas ruas e campos ou eram presos em quartos domiciliares”. O pesquisador Ewerton Luiz citou que os religiosos nem sempre estiveram presentes nos cuidados dos alienados. Ele citou que “ao contrário do restante do país, em terras paulistas a santa casa recusou este encargo, desta forma, coube ao governo provincial arcar com os custos da assistência aos alienados e nomear uma administração leiga a cargo do alferes reformado Tomé de Alvarenga”. SILVA, Ewerton Luiz Figueiredo Moura da. *Do sonho à loucura: portugueses e a doença mental em São Paulo (1929-1939)*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015, p. 28 e 29.

⁵ LIMA, Jorgina Tomaceli de Sousa. O início da assistência à loucura no Brasil. *Em Debate* (PUCRJ. Online), v. 8, 2008.

⁶ SCOTON, Roberta Müller Scafuto. Trabalho e Saúde Mental na Primeira República. *Anais do I Colóquio do LAHES - Laboratório de História Econômica e Social*, Juiz de Fora, 2005, p. 05.

⁷ ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 20.

ficava na rua Nova, a mais bela rua de Itaguaí, tendo 50 janelas por lado, um pátio ao centro e vários quartos para os internos. Chamada de Casa Verde, a inauguração teve pompa e contou com vários convidados. Para o médico, “o principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal”.⁸

Parecia tudo calmo, até que o médico começou a trancar vários indivíduos dentro do seu hospício – mesmo os que não fossem considerados loucos. Ele trancou “uma senhora perfeitamente ajuizada”,⁹ depois “o albardeiro; está o Costa, a prima do Costa, e Fulano, e Sicrano, e...”.¹⁰ Teve a audácia de internar até a sua própria esposa, gerando incredulidade da população. O povo começou a se revoltar, “já não eram trinta, mas trezentas pessoas que acompanhavam o barbeiro, cuja alcunha familiar deve ser mencionada, porque ela deu o nome à revolta; chamavam-lhe o Canjica, - e o movimento ficou célebre com o nome de revolta dos Canjicas”.¹¹ Depois da confusão, o alienista resolveu libertar os loucos, depois fez a reabertura do hospício e colocou mais pessoas, por fim, fechou novamente o local. Enfim, terminamos a narração do livro com a seguinte frase dele: “Tudo era loucura”.¹²

A obra ficcional de Machado de Assis pontuou que vários indivíduos, independentemente do seu estado mental, foram internados no hospício. Ficção à parte, o início da república brasileira contou com o desenrolar conflituoso da consolidação do poder médico, que tratou de fazer uma

⁸ ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 24.

⁹ ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 41.

¹⁰ ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 46.

¹¹ ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 53.

¹² ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 71.

medicina social, cujos propósitos foram cuidar da saúde da população, evitando a propagação de doenças, e manter um controle intenso sobre o corpo do indivíduo. Para tanto, procurou-se evitar os males sociais, como alcoolismo,¹³ sexualidade à flor da pele, delinquência etc., relevantemente associados aos grupos pobres.

Nas últimas décadas do século XIX, bacharéis e juristas brasileiros trouxeram ideias científicas, sobretudo, da Europa, tendo como base concepções de Cesare Lombroso (1835-1909) e seus seguidores. No mesmo momento em que a antropologia criminal ganhou impulso no Brasil, no continente europeu já havia um certo movimento de objeção, sendo que os adeptos brasileiros sabiam disso e conheciam as críticas formuladas pelos pensadores europeus. Ao incorporar as teorias, os juristas daqui tiveram um estilo bem eclético e perceberam que o crime e o criminoso não poderiam ser pensados de um ponto de vista único, passando a se levar em conta tanto os aspectos biológicos quanto o meio social.¹⁴ Enfim, as teorias de Cesare Lombroso e seus seguidores chegaram ao território brasileiro, notadamente, a noção de um estereótipo do criminoso, o criminoso-nato.¹⁵

¹³ Segundo os grupos dominantes, o abuso da cachaça prejudicava os operários brasileiros, mão de obra fundamental para o processo industrializador da república brasileira, fazendo com que ficassem doentes e gerassem prejuízos para os empresários e para o Estado. RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 95.

¹⁴ ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 4, 2002, p. 677-704.

¹⁵ MAURÍCIO, Juliete Laura Rocha. Positivismo criminológico: as ideias de Lombroso, Ferri e Garófalo. *Olhares Plurais – Revista Eletrônica Multidisciplinar*, Vol. 1, nº 12, 2015. O historiador Boris Fausto analisou o crime do restaurante chinês que abalou São Paulo em 1938. Na parte do livro sobre a análise das provas científicas, o autor mostrou os instrumentos que os juristas utilizaram para analisar o crime em questão, tendo como base os princípios da Escola Positivista, no campo da criminologia. “O médico e professor italiano Cesare Lombroso (1835-1909), autor de uma obra que se tornou célebre em todo o mundo ocidental — *O homem delinquente* —, é o nome mais conhecido da Escola Positiva. Um dos pressupostos da teoria de Lombroso e de seus colegas juristas, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo, era de que seria possível desvendar o caráter de uma pessoa pelo exame dos elementos morfológicos do corpo”. Sobre o aspecto racial, “[...] convém lembrar que a diferenciação racial foi um dos elementos da teoria de Lombroso e da Escola Positiva em geral. Lombroso postulava que indivíduos com traços semelhantes aos do macaco tinham, por atavismo, inclinação à prática de crimes, e para dar ‘coerência’ a teoria tratou de demonstrar o inato

O presente artigo está inserido nessas discussões de âmbito nacional. Procurou-se destacar o relatório do presidente do Estado de Sergipe, Guilherme de Sousa Campos, referente ao ano de 1907. É nessa fonte que podemos saber como os médicos e os policiais entenderam a questão da loucura e do louco sergipano, bem como o que fizeram para retirar os alienados que ficavam vagando pelas ruas e que podiam provocar uma desordem social. É possível também perceber que a solução encontrada foi retirá-los das ruas e depois isolá-los, seja em hospícios fora das terras sergipanas ou levá-los para a prisão aracajuana. Em maior grau, estava um discurso de combater os vícios sociais e os grupos considerados desinformados e degenerados. Foi uma política de controle da saúde social, gerindo os espaços que indivíduos perigosos andavam, e isso relevantemente, para o nosso artigo, surge como ferramenta para saber como foi o controle sobre os alienados sergipanos.¹⁶

Poder médico e poder policial sobre os loucos sergipanos¹⁷

As autoridades públicas sergipanas fizeram vários pronunciamentos e tentaram encontrar uma solução para o quesito da loucura. No ano de 1907,

comportamento criminoso dos animais num dos capítulos de *O homem delinquente*. Entre os estigmas ancestrais do homem semelhante ao macaco figuravam a pele escura, o tamanho do crânio, a simplicidade das suturas cranianas, a ausência de calvície e outros". FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 89-90; 104. Segundo Marcia das Neves, o médico brasileiro Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) não aceitou a classificação de raças adotada na época pelos trabalhos médicos, então, considerou a existência de três raças puras primitivas: a branca, a negra e a vermelha. As suas afirmações refletiam uma rejeição aos negros e aos mestiços, mostrando que considerava algumas raças inferiores a outras, ou seja, a raça negra era inferior à branca e nociva para a formação do povo brasileiro. NEVES, Marcia das. A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues. *Revista Filosofia e História da Biologia*, V. 3, p. 241-261, 2008. Ver também: BARBOSA, Mario Davi. Originalidade e pessimismo: a recepção da criminologia positiva na obra de Nina Rodrigues. *Revista Liberdades*, nº 8, setembro-dezembro, 2011.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

¹⁷ A fonte consultada neste tópico é: Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, 2ª sessão da 8ª Legislatura, em 07 de setembro de 1907, pelo presidente do Estado, Guilherme de Sousa Campos, Aracaju, 1907.

o inspetor de higiene, Francisco de Barros Pimentel Franco, afirmou que “grande é o número de infelizes que, perdendo o uso da razão, transita diariamente às ruas mais movimentadas não só desta capital como as das localidades do interior do estado”. E “vai nisto grande inconveniente, pois seminus e cobertos de andrajos como vivem, ofendem quase sempre a moral pública, ora por meio de gestos e palavras obscenas, ora superexcitados tornam-se perigosos, principalmente, quando perseguidos pela garotada rebelde”.

Pode-se notar, pelo discurso do inspetor de higiene, que os alienados ocuparam vários espaços públicos, desde a capital até o interior sergipano, e preterindo os lugares mais movimentados, assim não ficaram escondidos, ou seja, à margem da sociedade, e procuraram fazer redes de sociabilidades. Entretanto, é justamente nisso que acontece o problema: a relação de sociabilidades que eles fizeram com os outros indivíduos considerados normais não foi apropriada, pois não se manteve um padrão moral, ao contrário, foi através de gestos obscenos e podiam até fazer atentados perigosos. Os alienados subverteram a decência pública, a rua não era lugar para eles e, por isso, deveriam ser colocados à margem, mesmo que não quisessem. Por fim, pelo que ainda se pode apurar no discurso de Francisco de Barros, o louco também serviu como uma espécie de divertimento, de animação, de espetáculo para a garotada, que o via como alguém diferente, um estranho que estava ocupando o espaço social de maneira incorreta.

O inspetor de higiene prosseguiu o seu discurso e mostrou qual seria a solução para a loucura em Sergipe. “Entre nós os loucos furiosos que têm recursos pecuniários vão para a Capital Federal, estes são raros, a maioria vai detida nas casas de prisão, onde aproxima-se o fim de sua existência”. Já os que eram “[...] sem teto e sem pão, a pouco e pouco vão se extenuando e falecem em plena miséria, quando submetidos a um regime médico-higiênico conveniente, tivessem muitos destes desgraçados a fortuna de,

aclarando-se seu cérebro, participar novamente da sociedade". Ele lembrou que o governo sergipano deveria prestar um serviço de assistência, rumo ao progresso.

Os alienados de família mais abastada foram levados para fora do estado. É claro que, em certos momentos, o enclausuramento em locais fora de Sergipe foi uma opção da família para poder evitar os comentários maldosos da sociedade. Se o próprio inspetor de higiene, que foi um homem estudado, classifica os alienados como alguém que perdeu "o uso da razão", "infelizes", que ofendiam à moralidade pública, "perigosos", "desgraçados" e "furiosos", é perceptível que a maioria da população não fez diferente, mesmo os menores de idade, que também praticaram agressões. Os alienados mais pobres, quando não morriam ao relento, eram colocados nas prisões sob os cuidados de um aparato policial e judicial, como se fossem criminosos e cometessem um crime, no caso, a falta de razão, que poderia fazer com que agredissem alguém de forma verbal e/ou fisicamente.

Segundo o inspetor de higiene, alguns alienados sergipanos foram transportados até a então capital do Brasil. Em sua tese de Doutorado, William Vaz de Oliveira¹⁸ falou sobre a assistência que os alienados tiveram na capital federal durante a Primeira República Brasileira. Ele se focou nas diversas situações que o Hospício de Pedro II, inaugurado em 1852 e anexado à Santa Casa de Misericórdia, passou ao longo do período estudado. Ele percebeu que, inicialmente, os médicos detiveram pouco poder sobre o hospício, sendo que o grupo religioso do local era quem mandava através do exercício de cargos administrativos. Em janeiro de 1890, aconteceu a separação da Santa Casa de Misericórdia do Hospício de Pedro II, fato que o levou a denominar-se Hospício Nacional de Alienados,

¹⁸ OLIVEIRA, William Vaz de. *A assistência a alienados na capital federal da primeira república: discursos e práticas entre rupturas e continuidades*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

depois, em 1911, recebeu o nome de Hospital Nacional de Alienados. A situação do poder médico dentro desse local não foi fácil, pois contou com recursos escassos, a polícia prendia vários tipos de indivíduos e mandava ficar sob os cuidados da administração do hospício – inclusive criminosos –, críticas intensas dos jornais, que salientaram a infraestrutura precária e acusaram o diretor de negligência, os políticos que fizeram discursos querendo que o hospício voltasse ao controle das caridades religiosas, constantes fugas de alienados e etc. Entretanto, o hospício teve algumas mudanças durante a direção de Juliano Moreira, um dos principais nomes da psiquiatria brasileira.¹⁹

O louco sergipano que foi para a capital federal ficou em alguns estabelecimentos. Segundo William Vaz de Oliveira:

O hospício mantém ainda o seu grau de importância, mas deixa de ser o lugar por excelência de tratamento da alienação mental. Juliano acredita que ao lado do tratamento no asilo é preciso criar condições para o tratamento familiar, ampliar as colônias agrícolas, com apreço especial ao tratamento através do trabalho. Mostra a importância de tratar os pacientes por categorias, com colônias especiais para alcoolistas, epiléticos e espaços para o tratamento exclusivo dos loucos criminosos ou condenados alienados, o que culmina na fundação do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, primeiro estabelecimento destinado aos loucos delinquentes criado no Brasil, inaugurado na cidade do Rio de Janeiro em 1921.²⁰

O antigo Hospício de Pedro II abrigou um dos mais famosos escritores brasileiros, Lima Barreto. Nas obras *Diário do Hospício* e *O cemitério dos*

¹⁹ A partir da reforma realizada em 1903 e 1904, o ideal de tratamento de alienados se baseou no modelo alemão. O novo diretor procurou abolir grades e camisas de força, empregou o método da clinoterapia, fez a assistência familiar e criou asilos especiais para loucos criminosos.

²⁰ OLIVEIRA, William Vaz de. *A assistência a alienados na capital federal da primeira república: discursos e práticas entre rupturas e continuidades*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013, p. 279-280.

vivos,²¹ ele contou sobre a sua segunda passagem no hospício e descreveu o cotidiano desse lugar. Por diversas vezes, mostrou o seu descontentamento com a polícia que o prendeu por conta do alcoolismo: “não me incomodo muito com o Hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida” e “de mim para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há seis anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio”.²²

O irmão aparece também como um culpado, pois “depois, disse-lhe que tinha sido posto ali por meu irmão, que tinha fé na onipotência da ciência e a credence do Hospício”²³ e “quando me vem semelhante reflexão, eu não posso deixar de censurar a simplicidade dos meus parentes, que me atiraram aqui, e a ilegalidade da polícia que os ajudou”.²⁴

Sobre os médicos e a sua equipe, o escritor teve opiniões de elogios e de críticas, argumentando em certa passagem que: “é bem curioso esse Roxo [Henrique Roxo]. Ele me parece inteligente, estudioso, honesto; mas não sei por que não simpatizo com ele. Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte [...]”.²⁵ Em outro momento de sua obra, argumentou que o enfermeiro-mor ou inspetor Sant’Ana era “um mulato forte, simpático, olhos firmes, um pouco

²¹ BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O cemitério dos vivos*. Prefácio Alfredo Bosi; Organização e notas de Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

²² BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O cemitério dos vivos*. Prefácio Alfredo Bosi; Organização e notas de Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 34.

²³ BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O cemitério dos vivos*. Prefácio Alfredo Bosi; Organização e notas de Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 37.

²⁴ BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O cemitério dos vivos*. Prefácio Alfredo Bosi; Organização e notas de Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 71.

²⁵ BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O cemitério dos vivos*. Prefácio Alfredo Bosi; Organização e notas de Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 37.

desconfiados, rosto oval, que foi muito bom para mim".²⁶ Ele também descreveu o seu encontro com um dos mais importantes médicos daquele tempo, Juliano Moreira, que "tratou-me com grande ternura, paternalmente, não me admoestou. Fez-me sentar a seu lado e perguntou-me onde queria ficar. Disse-lhe que na Seção Calmeil. Deu ordens ao Sant'Ana e em breve lá estava eu".²⁷

Pelas palavras expostas, notou-se que polícia e médicos estiveram unidos para combater os vícios sociais, contando com a participação de familiares, no caso em questão, do irmão de Lima Barreto, nisso o alcoolismo apareceu como fator fundamental para a internação do escritor, que deveria ficar trancafiado em um estabelecimento psiquiátrico. A pessoa que se perdia no álcool era amplificada e classificada como incapaz, como louco, projetando sobre ele um conhecimento médico para justificar a sua situação. O escritor estava dentro de uma concepção maior: a de que era preciso atuar sobre os degenerados sociais, fazer uma higienização social, evitando que fossem consumidos pelos vícios, portanto, passíveis de enclausuramento forçado.²⁸

Lima Barreto contou o caso de um louco sergipano que ficou internado lá com ele. É bem relevante citar para comprovar que alguns

²⁶ BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O cemitério dos vivos*. Prefácio Alfredo Bosi; Organização e notas de Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 39.

²⁷ BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O cemitério dos vivos*. Prefácio Alfredo Bosi; Organização e notas de Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 41.

²⁸ Segundo Nancy Leys: "movimento social e ciência, a eugenia permite testar ideias sobre a geração social de conhecimento científico [...]". O seu artigo mostrou a introdução das ideias eugênicas aqui no Brasil e sua devida recepção pelas elites – como, por exemplo, pelos grupos médicos –, mostrou também como os negros foram vistos socialmente e, assim, a noção de branqueamento da população em suas diversas vertentes etc. A década de 1920 contou com campanhas antialcoólicas, pois o álcool foi encarado com problema social e moral porque o vício provocaria condições hereditárias ligadas ao crime, à prostituição e às doenças mentais. STEPAN, Nancy Leys. *Eugenia no Brasil, 1917-1940*. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391.

sergipanos loucos, como já vimos, foram internados no mais famoso hospício brasileiro:

É um louco clássico, com delírio de perseguição e grandeza. É um homem inteligente, mas com cultura elementar, e o seu delírio, desde que não se o interrogue pela base, parece à primeira vista a mais pura verdade. No começo, ele me enganou; e julguei certo tudo o que dizia, mas, por fim, ele me revelou toda a sua psicose. Por me parecer interessante, eu vou reproduzir as histórias que ele me contou, procurando não quebrar a lógica mórbida com a qual as articulava. Ele é de Sergipe e chama-se V. de O.²⁹

Lima Barreto descreveu, com certo detalhamento, outros loucos e até como ficou organizado o hospício no qual esteve. Falou ainda mais sobre as possíveis causas de seu internamento, ficando na dúvida se poderia ser o fator da hereditariedade, sobre a relação com guardas, enfermeiros e médicos, o seu gosto pela biblioteca e os livros que lá se encontravam, os hábitos dos seus colegas de internamento, como os loucos que andavam pelados, a alimentação e as vestimentas.

Outro ponto relevante no discurso do inspetor de higiene, Francisco de Barros Pimentel Franco, é sobre o tratamento que os alienados deveriam receber – no qual, segundo ele, o governo sergipano fazia certa negligência. A concepção de higiene seria no sentido de separar os loucos dos indivíduos considerados normais, uma delimitação dos espaços, onde cada grupo sabia até onde poderia ir.³⁰ A situação do louco era caso de saúde pública,

²⁹ BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O cemitério dos vivos*. Prefácio Alfredo Bosi; Organização e notas de Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 57. A história do sergipano prossegue nas páginas seguintes.

³⁰ Michel Foucault informou que surgiu “[...] uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas”. Os mais ricos, que detinham o poder político, policial e médico, vão perseguir, enquadrar e retirar de circulação pública os grupos que achavam perigosos à sociedade. Entende-se que os pobres eram vistos como perniciosos e que viviam em um meio cheio de corrupções, através de bares, bebedeira e divertimentos, mesmo que isso não fosse percebido como espaços de sociabilidades e de cultura popular. Além disso, o pobre gostava da ociosidade e, para se livrar de tal coisa, deveria sofrer a intervenção das autoridades públicas, como a dos médicos, gerando uma disposição ao trabalho. Os loucos se enquadravam nessa concepção e, como eram classificados como perigosos, também vão receber um controle de vários segmentos sociais. Ver FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*.

agindo uma política de higienização, de controle do seu corpo e de sua mente; já que sua razão estava comprometida, ele tinha que se sujeitar ao controle de vários agentes sociais, caso dos médicos. A medicina vai operar em diversos espaços que tenham trânsito de alienados, como nos hospícios, prisões, nas ruas e dentro das casas das pessoas. Fazia-se um verdadeiro mapeamento dos lugares que tinham indivíduos com problemas mentais. Enfim, a medicina funcionava como uma instância de controle social.³¹

O surgimento da república brasileira contou com uma série de crises políticas. Ele baseou-se na ideia de progresso e de regeneração, tanto nos aspectos materiais quanto nos costumes da população. Condenou-se o mestre de obras, detentor de uma prática simples, houve mudança nos vestuários, o violão foi considerado símbolo da vadiagem, existiu uma lei para obrigar o uso de paletó e sapatos, explosão de novas titulações honoríficas, expulsão dos mendigos e pobres do contorno central das principais cidades brasileiras, perseguição aos bêbados e ao alcoolismo, obrigatoriedade de vacinação e a negatização da boemia.³²

Em Sergipe, “podemos perceber que o processo de urbanização de Aracaju foi despertado no governo de Pereira Lobo, porém devido à situação econômica do Estado, essas mudanças tiveram um avanço considerável com Graccho Cardoso”.³³ Quer dizer, o projeto de urbanização

Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 169.

³¹ FOUCAULT, Michel. A política da saúde no século XVIII. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 308.

³² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. O império era visto como atrasado e autoritário, sendo o oposto da república, na qual representava, ao menos teoricamente, a liberdade, a democracia e a ordem e disciplina. Para entender mais sobre essas discussões, veja o trabalho de Maria Tereza, no qual “este artigo proclama, por sua vez, a operatividade do termo república na década de 1880. Em um contexto de desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, república foi o nome brasileiro da modernidade”. MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, V. 13, p. 25-41, 2009.

³³ CRUZ, Jeferson Augusto da. O Rio como exemplo: ecos da Belle Époque em Aracaju – SE (1920-1926). *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas*

de Aracaju começou antes mesmo do processo da *belle époque* chegar ao Brasil. Entretanto, as condições financeiras e políticas não eram favoráveis, fazendo com que o tal projeto ficasse bastante comprometido.

Foi no governo de Maurício Graccho Cardoso (1922-1926) que a modernização, de fato, ganhou contornos, pois “[...] já demonstrava ideias bastante articuladas com relação a problemas cruciais, entre os quais a regularização da propriedade fundiária e a saúde”.³⁴ Ele ampliou os recursos públicos, através do aumento da arrecadação e da parceria com empresários, para a promoção de obras importantes. Aterrou vários locais, fez o calçamento de ruas, reconstruiu a rede de abastecimento de água, replanejou a rede de esgotos e fez transformações na saúde pública. A educação também ganhou um impulso, ante a uma certa resistência das arcaicas instituições que resultou na falta de harmonização e gerou um problema administrativo. Apesar disso, como afirma Maria Thetis Nunes, “mas lhe pode ser credenciado um saldo positivo, que contribui para permitir a Sergipe dar um passo além na escala do desenvolvimento, e seus sucessores continuarem a conferir grande importância aos problemas educacionais”.³⁵

O inspetor de higiene esperava que os alienados, caso tivessem um bom procedimento médico, poderiam participar novamente da sociedade. A medicina era entendida como um instrumento terapêutico, de intervenção sobre a doença e o doente, suscetível de produzir cura, uma máquina de curar.³⁶ E “o indivíduo emerge como objeto do saber e da

científicas, 2014. Ver também o trabalho de SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Disciplina e Resistência: Cotidiano dos Operários Têxteis em Aracaju (1910 a 1930)*. Monografia (Bacharelado) – Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1991.

³⁴ DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 39.

³⁵ NUNES, Maria Thetis. *História da educação em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 264.

³⁶ FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

prática médicos".³⁷ Com isso, o inspetor de higiene nos leva a entender que ele acreditava que o problema não era o louco em si, mas a sua doença, a sua patologia, que poderia ser curada – pelo que se pode entender, não seria de forma completa, mas “aclarando-se”, talvez no sentido de acalmando-se.


É elementar o fato de que o inspetor de higiene, Francisco de Barros Pimentel Franco, creditava muita confiança no saber médico. Lógico que, como fez parte da saúde pública e teve formação médica, acreditou na medicina estadual e no poder que os médicos podiam desempenhar na cura dos seus pacientes, principalmente, nos casos que foram mais complicados, como os problemas mentais. Conforme o *Dicionário Biográfico de Médicos de Sergipe*, Francisco de Barros Pimentel Franco:

Nasceu em 6 de novembro de 1879, em Laranjeiras/SE, filho de Francisco de Barros Pimentel Franco e D. Maria dos Santos Franco. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 14 de dezembro de 1904, defendendo a tese “Das Coroidites”. Antes já havia se formado em farmácia e em odontologia. Foi interno, na Bahia, da Clínica Oftalmológica da faculdade. Praticou a medicina em Propriá/SE, Laranjeiras/SE e Aracaju. Foi diretor da Inspetoria de Higiene Pública em 1910/1911 no governo de Guilherme Campos e diretor da Assistência Pública em 1918. Atuou no Serviço de Verificação de Óbitos. Foi médico do Hospital de Caridade Santa Isabel. No final da vida exercia apenas a oftalmologia. Faleceu em 23 de abril de 1922, em Laranjeiras/SE, com 42 anos. Sepultado no Cemitério da Irmandade do Bonfim, Laranjeiras/SE. Foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e cir. de SE.³⁸

³⁷ FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 189.

³⁸ Retirado de <http://academiasergipanamedicina.com.br/dicionariomedico/dicionario.php?id=31905> Acessado em 17/10/2019. Emmanuel Franco escreveu um texto no qual narrou o clã de sua família. Ele citou uma parte esclarecedora: “Francisco de Barros Pimentel Franco, filho de João Gonçalves do Prado Franco e de Cecília do Prado Franco, casou-se com Maria Lídia Santos Silva Franco, filha de Manoel dos Santos Silva, do engenho Jacu, em Laranjeiras, português. Ao tencionar casar os pais da moça e os seus acertaram o casamento: cada um daria quatro contos de réis em terra e quatro contos de réis em escravos, com este cabedal eles formaram o engenho Palmeira, em Laranjeiras. Ele tinha dezoito anos e Maria Lídia treze, quando se casaram. Tiveram treze filhos, quatro homens e nove mulheres. Os homens foram: Francisco de Barros Pimentel Franco Filho, médico, que se casou com Cecília Franco, sua prima, filha de Albano do Prado Pimentel Franco, do engenho Pinheiro, depois Usina S. José

Figura 01 - Anúncio de prestação de serviços do médico Francisco de Barros Pimentel Franco



Oculista

Dr. Pimentel Franco

MEDICO, PHARMACEUTICO E CIRURGIÃO DENTISTA,
PBLA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

Tendo adquirido bastante pratica, já como interno de Clinica Ophtalmologica na Faculdade de medicina da Bahia, e como assistente da mesma clinica no consultorio da notavel oculista dr. João Gustavo dos Santos, já com dous annos no exercicio de sua profissão, durante 2 annos no norte do Estado: pratica pelos processos hodiernos, todas as operações no órgão da visão, como sejam: cataracta, iridectomia, iridotomia, entropio, ectropio, trepanação da cornea, extracção de corpos extranhos, operações antoplasticas, etc.

Trata garantindo os melhores resultados todas as molestias como: irites, choroidites, ridôchoroidites, keratite, conjunctivite, keato-conjunctivite, nevrites, retinites, glaucomas, ulceras da cornea etc. etc.

Consultorio rua da Aurora, junto á residencia do desembargador José Sotero.

ARACAJÚ

Fonte: Folha de Sergipe, 26/09/1907, Aracaju – Sergipe, p. 04.

O médico iniciou o seu anúncio no jornal divulgando a sua formação profissional, elencando que estudou em uma das melhores faculdades

do Pinheiro, cujos filhos foram Dermeval do Prado Franco e Cleonice Franco, casada com Paulo Figueiredo Barreto; José de Barros Pimentel Franco, casado com Maria da Conceição Muniz de Vasconcellos, filha de Firmino Muniz de Vasconcellos e Isabel de Mello Vasconcellos, dos engenhos Araçá e Passagem, tendo os filhos Maria do Carmo, Maria Celuta, casada com o Dr. Antonio Valença Monteiro, José de Barros Pimentel Franco Filho, casado com Zaira de Menezes Pimentel Franco, Maria Lúcia Franco, casada com Olímpio de Castro Correa, Emmanuel Franco, casado com Maria Fonseca de Oliveira, autor deste trabalho, e Renato Franco, casado com Olga Pavis, baiana, Aquiles Franco, Laffayette de Barros Pimentel Franco, João Gonçalves Franco e mais nove irmãos, são os filhos de Francisco de Barros Pimentel Franco, do engenho Palmeira, depois usina, em um total de treze filhos". FRANCO, Emmanuel. O clã do engenho Porteiras. *Revista da Academia Sergipana de Letras*, v. 1, nº. 35, Aracaju (Sergipe), 2005, p. 307-308. Grifo meu.

daquele período e que estava preparado para atender os seus pacientes,³⁹ retirando qualquer suspeita de inaptidão e mostrando, nas entrelinhas, que era um homem de ciência, fugindo do estereótipo de curandeiro. Com experiência em várias cidades do território sergipano, o médico mostrou que faz diversos tipos de intervenções oftalmológicas e que garante um resultado positivo. Finalmente, o anúncio nos mostra que o consultório do médico ficava na rua Aurora, zona central que abrigava as pessoas mais ricas,⁴⁰ e frisa que é próximo à residência do desembargador José Sotero⁴¹, cuja demonstração serve para ratificar que os médicos e a justiça não estavam separados, mas um procurava se servir do poder do outro para confirmar sua posição social e os seus interesses.

O anúncio médico citado pode nos induzir que a situação da medicina brasileira, e quiçá sergipana, foi tranquila, porém ela foi envolta de contradições e conflitos. No início da república brasileira, os médicos travaram várias batalhas para ter o seu saber reconhecido pela sociedade. A historiadora Gabriela Sampaio afirmou que era comum os médicos acusarem seus similares de matar pacientes, bem como também havia

³⁹ Existiram, no século XIX, três cursos de formação médica no Brasil: um na Bahia, outro no Rio de Janeiro e, no final do século citado, um no Rio Grande do Sul. Os médicos sergipanos se formaram nesses locais – sendo que alguns optaram pelas faculdades estrangeiras – e, para tanto, requereu um alto investimento financeiro. Sobre eles, “[...] dos graduados antes de 1900 há um total de 146 médicos, consistindo em 115 formados pela Faculdade de Medicina da Bahia, Rio de Janeiro com 27, 2 formaram-se na França, um na Bélgica e um em Coimbra”. Outro ponto a se destacar foi a versatilidade funcional dos médicos sergipanos: eles podiam atuar como um profissional liberal e/ou no setor público através do Estado. Diante disso, “de acordo com as informações do Dicionário Biográfico de Médicos de Sergipe, de 125 médicos formados entre 1850 e 1900, 19 trabalharam diretamente como inspetor, chefe, delegado ou presidente de órgãos de higiene e saúde pública, tanto em Sergipe quanto em outros Estados, tais como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Amazonas e entre outros”. PETRARCA, Fernanda Rios; SALMERON, Igor; MELO, Dinarty de. Os Médicos em Sergipe: articulações entre profissão, administração hospitalar e política. XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil. UFPI, Teresina-PI, 2012.

⁴⁰ Para saber mais sobre os antigos bairros aracajuanos, é importante ler as famosas obras memorialísticas: CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. 3. ed. Aracaju: Banese, 2001 e MELINS, Murillo. *Aracaju romântica que vi e vivi*. 3. ed. Aracaju: Unit, 2007.

⁴¹ Sobre a biografia dele, ver Série Biografia dos Desembargadores do Tribunal de Justiça de Sergipe. In: <http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=329&titulo=biblioteca_virtual> Acessado em 08/09/2019.

perseguição aos profissionais estrangeiros. Ela acrescentou que os médicos buscaram o direito de fazer um projeto de medicalização da sociedade, portanto, caminhando junto com as autoridades públicas, fizeram uma perseguição ao charlatanismo.⁴²

Em Sergipe, a medicina e as condições de saúde tiveram rasos avanços, predominando a noção de rezas e dos quebrantos, imperando o curandeirismo e as rezadeiras. Em complemento, existiu a precariedade em que vivia a população: falta de água tratada, descaso governamental com as matas e nascentes de água etc., fazendo com que a população enfrentasse uma série de doenças, como diarreias, sífilis e tuberculose pulmonar.⁴³ Em sua dissertação, Daiane de Jesus teve como base o processo-crime do réu José Maria Dominguez y Dominguez para compreender de que forma algumas práticas e representações da cura resistiram em Sergipe – durante a década de 1920 –, mesmo tendo o esforço das autoridades públicas e dos médicos em deslegitimá-las. Ela percebeu que havia contradições entre os próprios médicos para saber qual prática médica deveria ser aceita. É notado também que os grupos dominantes sergipanos optavam, em certos casos, pela prática do curandeirismo e que os médicos tinham o poder de chamar a polícia quando achassem necessário, demonstrando o alcance que o poder da medicina poderia chegar.⁴⁴

A situação dos alienados não foi apenas uma preocupação dos médicos, mas também das autoridades policiais sergipanas. No mesmo ano de 1907, o chefe de polícia, José Cupertino da Fonseca Doria, iniciou o seu relatório dizendo que “triste e penosa é a situação dos loucos entre nós”. Ele

⁴² SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

⁴³ SILVA, Henrique Batista e. *História da Medicina em Sergipe*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 2007.

⁴⁴ OLIVEIRA, Daiane de Jesus. “Da arte de curar à prisão de um ocultista”: ocultismo, magia e ciência em Aracaju, SE (1923-1928). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

indicou que “em relação a eles está se impondo como uma necessidade urgente e inadiável a adoção de medidas compatíveis com os progressos da ciência e com os sentimentos de humanidade”. Desse modo, “é preciso que a esses infelizes sejam proporcionados os meios de cura e de segurança contra os ataques de pequenos desocupados, que os escolhem para objeto de suas reprováveis diversões”. Essa parte do relatório do chefe de polícia lembra muito o do inspetor de higiene, na medida em que frisou que os loucos, no território sergipano, foram alvos de diversões, como se fossem similitude de pitoresco, e que sofriam agressões de certos grupos da sociedade.

Outra semelhança entre os dois discursos estava no fato da ocupação dos espaços, pois, segundo José Cupertino, “alguns destes desamparados da sorte transitam diariamente nas ruas desta capital, constituindo verdadeiro perigo para a população ordeira”. Os loucos ousaram não ficar escondidos e quiseram participar da sociedade, fazendo com que o seu isolamento não fosse algo intencional, isto é, desejado por eles, mas que foi algo imposto pelas diversas autoridades públicas. Quiseram fazer uma socialização, não apenas entre seus pares, mas com todos os indivíduos que circulavam pelas ruas. Além disso, tem-se mais um ponto que precisa ser destacado: pode-se supor, pelas palavras do chefe de polícia, que a construção dos manicômios e outros estabelecimentos de isolamento se deu por conta das autoridades médicas, políticas e policiais, que achavam necessário retirar os loucos das ruas e enclausurá-los, mesmo que esses últimos não tivessem o maior interesse, porém era preciso manter a ordem social, que os loucos a invertiam.

O chefe de polícia acrescentou que “quando furiosos, em falta de estabelecimento próprio, mando-os recolher à cadeia, onde ficam em perigosa promiscuidade com criminosos em cubículos insalubres” e “tomo a liberdade de lembrar a v. ex. a conveniência da construção de uma enfermaria anexa à Cadeia Pública para recolhimento e tratamento dessas

infelizes criaturas". A loucura era caso para atuação policial. A polícia tinha que manter a ordem da sociedade, portanto, fazia prisões de indivíduos considerados desordeiros, como operários, prostitutas, charlatões, loucos, enfim, pessoas da classe popular, que depois eram enviadas à Cadeia Pública⁴⁵. Em 1907, "a cadeia do Aracaju está sob a direção do sr. Horácio Prudente" e "nela existem atualmente recolhidos em cumprimento de pena 158 indivíduos, sendo quatro mulheres e um alienado".

Figura 02 – Vista da Frente da Cadeia Pública (Aracaju-SE)



Fonte: Cadeia Pública, ano 1908(?). Retirado de <<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>> Acessado em 03/09/2019.

⁴⁵ A Casa de Prisão de Aracaju foi inaugurada em 1869, sendo que os presos eram mantidos em um calabouço, uma vez que as celas não estavam prontas. Em 1878, depois de algumas reformas, instalaram-se a escola, a enfermaria, as oficinas e uma capela. Passou a se denominar Casa de Prisão com Trabalho de Aracaju, demonstrando que a ociosidade dos presos deveria ser excluída em favor de um fomento ao trabalho. Contou com 50 celas divididas em dois pavimentos, sendo 24 no pavimento superior e 26 no inferior. Ela ficava situada na Praça General Valadão, conhecida na época como Praça da Cadeia. Era um edifício que reinava a insalubridade, com amontoado de gente e que precisava de reformas urgentes. COSTA, Kátia Regina Lopes; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Caminhos para o confinamento: práticas acerca do menor delinquente sergipano (1891-1927). *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*, Ano 3, Número 4, fevereiro, 2016, p. 67-69. Ver também COSTA, Kátia Regina Lopes. *Disciplinar, regenerar e punir: os caminhos do menor delinquente sergipano (1891-1927)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

Quando tinham crises nervosas, os alienados eram recolhidos e colocados na prisão, porém o chefe de polícia, para se mostrar mais solidário, destacou que não havia na capital um estabelecimento próprio e, por isso, tomava a atitude de prendê-los, mesmo que tivessem que conviver com diversos tipos de criminosos e em cubículos insalubres. Para amenizar, poderia construir uma enfermaria para que o poder médico fosse um auxílio ao poder policial, levando o seu conhecimento para o tratamento da enfermidade dos alienados. Os poderes médico e policial estiveram alinhados e procuraram trocar informações sobre a loucura em Sergipe.

O chefe de polícia esclareceu que os loucos “logo que se acalmam, mando-os pôr em liberdade, voltando eles a perambulação pelas ruas”. Nota-se aqui algo cíclico, onde os alienados eram presos e, depois de certo período, eram postos em liberdade e voltavam a circular pelas ruas, não se intimidando com uma possível nova prisão. Isto demonstra o quanto era difícil para as autoridades públicas perceberem que os alienados não queriam ficar isolados seja lá qual fosse o estabelecimento, e sim ter o direito de participar da vida social, mesmo que seja de uma forma própria, subvertendo, certas vezes, a ordem social e entendendo o mundo do seu próprio jeito.

Ficou esclarecido que a principal função da polícia e dos médicos era retirar o louco das ruas para manter a ordem social. Sobre isso, Michel Foucault coloca que quando “[...] foram instaladas as grandes estruturas asilares, estas eram justificadas pela maravilhosa harmonia entre as exigências da ordem social, que pedia proteção contra a desordem dos loucos, e as necessidades da terapêutica, que pediam o isolamento dos doentes”.⁴⁶ E: “como se pode ver tudo é questão de poder: dominar o poder

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. A casa dos loucos. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 209.

do louco, neutralizar os poderes que de fora possam se exercer sobre eles, estabelecer um poder terapêutico e de adestramento, de 'ortopedia'".⁴⁷

É preciso lembrar que o discurso do chefe de polícia foi algo público e que pareceu amenizar a ação policial, propondo um tom mais conciliador. No cotidiano, a polícia fazia uma atuação arbitrária,⁴⁸ principalmente, nos locais que havia maior circulação de grupos pobres.⁴⁹ Havia uma perseguição aos divertimentos populares, como os esportes⁵⁰, aos festejos juninos, ao jogo do bicho⁵¹ e à prostituição⁵². Quer dizer, os soldados

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. A casa dos loucos. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 210.

⁴⁸ Em seu mestrado, Alisson Barbosa analisou ações de conduta dos policiais contra a população baiana, entre os anos de 1900 e 1920. Ele percebeu que não apenas os policiais de baixa patente que eram agressivos, mas também os de altos escalões. O pesquisador notou que era comum os agentes policiais roubarem as suas vítimas, além das cometidas agressões física e moral. Por conta disso, a população ficou indignada e fez uma série de manifestações, de resistências. Enviaram reclamações para a imprensa e aos juízes, bem como ao chefe de polícia, para que tomassem providências para evitar os abusos dos soldados. BARBOSA, Alisson Gonçalves. *O povo, os juízes e a polícia: histórias de abuso de poder policial na Bahia 1900-1920*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

⁴⁹ MENEZES, Mozart Vergetti de. A escola correcional do Recife (1909-1929). In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos e BRETAS, Marcos Luiz (orgs). *História das Prisões no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Anfitheatro, 2017, p. 254.

⁵⁰ Parte dos grupos letrados não achava a prática esportiva uma coisa boa. O futebol, por exemplo, foi, em alguns momentos, reduzido a uma coisa pitoresca, que não tinha relevância. Ele podia afastar os trabalhadores das atividades promovidas pelos sindicatos e, por isso, era considerado de forte potencial alienante. Como já sabemos, o futebol e outras práticas esportivas foram adentrando no cotidiano dos diversos grupos sociais e ganhando uma fama cada vez maior. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

⁵¹ A pesquisadora Marizete Gasparin pontuou, em seu trabalho, que as pessoas procuraram buscar formas de ascensão social, tendo a opção pelos jogos de azar e em detrimento do trabalho e da disciplina. Ser proprietário de uma casa de jogos foi uma forma de ocupação e de ganha-pão. O jogo do bicho não era somente à busca pelo prazer, mas também uma fuga da luta cotidiana e a esperança de melhorar de vida. Todavia, autoridades policiais e administrativas e até parte do povo eram contra a jogatina, pois atentava à moralidade pública e ameaçava a renda das loterias pelo Estado. Os pesquisadores Micael Herschmann e Kátia Lerner afirmaram que o jogo do bicho foi considerado um elemento de desordem pública, porém, mesmo assim, foi algo real e teve a imprensa como aliada em sua divulgação. Ele se relacionou com os aspectos populares, como a capoeira, o futebol e o samba. GASPARIN, Marizete. *Prazer e Sorte: o jogo do bicho em Porto Alegre (1893-1903)*. Dissertação (mestrado) – UPF / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2007 e HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de*

prendiam as “pessoas por ‘serem’ algo e não por cometerem algum crime”.⁵³

A população começou a fazer críticas muito mais a atuação da polícia e menos a ela em si. Aceitou-se a existência de um aparato judicial e policial, porém criticou-se o fato de que ele fosse baseado em arbitrariedades e no uso da truculência. A sociedade não quis extinguir a polícia, só queria ela menos corrupta e mais enérgica apenas para os criminosos. Michel Foucault esclareceu que:

Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população senão o medo do delinquente? Você fala de um ganho prodigioso. Essa instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justifica senão por isso. Aceitamos entre nós essa gente de uniforme, armada, enquanto nós não temos esse direito, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse os delinquentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta os quão numerosos e perigosos são os delinquentes?⁵⁴

Aparece o sujeito que a polícia deve perseguir: o criminoso. Por conta do combate ao crime, tendo o sucesso quando a prisão do criminoso é efetivada, a população fica mais suscetível a aceitar que a polícia desempenhe o seu papel na sociedade. Entretanto, o que se nota é que ela passa a ser um mero instrumento dos grupos ricos para tentar controlar ou,

sorte: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque Carioca. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993.

⁵² A prostituição se concentrou nas áreas centrais e comerciais das cidades e foi vivenciada como uma linha de fuga do dia a dia familiar e da disciplina do trabalho, buscando-se novos territórios de prazer. Contudo, ela vai representar o lado negativo do progresso, suscitando o interesse de médicos, juristas, criminologistas, literatos e jornalistas. Para uma discussão mais aprofundada: RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2008 e RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁵³ CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos e BRETAS, Marcos Luiz (orgs). *História das Prisões no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017, p. 28.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 225.

para usar um termo foucaultiano, manter a disciplinarização dos pobres. É evitar que a cultura popular se propague pela sociedade, algo visto como perigoso para os mais abastados.

Como vimos, os alienados sergipanos não quiseram ficar isolados e procuraram os seus espaços de sociabilidades, tendo a rua como maior representação. O fato de circular pela sociedade levantou olhares das classes dominantes, que viram tal coisa como uma ousadia. Deste modo, projetou-se sobre os loucos um aparato de exclusão social e de isolamento, através de manicômios e prisões públicas.

Surgiram, nesse ínterim, vários grupos sociais que, publicamente, se colocaram como preocupados com a questão da loucura e deram palpites sobre quais tratamentos seriam os mais eficazes. Os médicos utilizaram o seu saber para diagnosticar e tentar levar a cura para a enfermidade mental, pois detinham o poder científico. Os policiais e a justiça tiveram que manter a boa ordem social e os alienados eram um perigo, cuja solução era prendê-los. As autoridades políticas também fizeram debates sobre a situação da loucura e do louco em Sergipe, apoiando o papel desempenhado pela medicina e pela força policial na busca de um tratamento eficiente.

Conclusão: os loucos e a conquista das ruas.

O jornal *Correio de Aracaju* (14/04/1907) publicou uma reportagem sobre os alienados em Paris. Começou informando que “a influência da capital é bem manifesta; enquanto que em Paris a proporção é de 1 alienado por 1000 habitantes, no resto da França é de 1 por 1700”. A culpa era da “vida de trabalho intenso e os excessos de toda a ordem fazem nascer as enfermidades nervosas e cerebrais”, ou seja, “os estabelecimentos de bebidas para o bebedor, as reuniões literárias para o escritor, certos lugares para os homens sensuais e gastos e principalmente o ‘surmenage’

feroz da vida moderna enervam e destroem". Para evitar a loucura, aconselhava-se "não trabalhar com excesso e não beber e evitar certas doenças contagiosas". O texto jornalístico terminou com o seguinte aviso: "Aprendamos a viver em grandes reuniões, sem adquirirmos os vícios dos piores e esforcemo-nos por suportar com serenidade a concorrência que nos enlouquece. Sejam sóbrios em tudo, especialmente no trabalho".

O jornal citado é mais um exemplo de como os alienados se tornaram uma preocupação para os intelectuais, políticos, policiais e médicos, que tentaram retirá-los das ruas e isolá-los em variegados estabelecimentos. O que se procurou também foi fazer uma análise da sociedade e tentar controlar os grupos tidos como perigosos, aqueles que estavam à margem, que tinham hábitos fora do padrão estabelecido na época, como bebedeiras e prazeres sexuais.

Se discursos e práticas das autoridades públicas foram levantados, formou-se também uma resistência como resposta. Os alienados sergipanos continuaram a circular pelos espaços que tanto os excluía, querendo que os seus anseios fossem escutados e, decerto, respeitados. A rua foi um espaço para todos, mas se tornou uma ironia, pois um determinado grupo, que deteve o poder, passou a escolher quem poderia circular por ela e começou a fazer um processo de exclusão, mas que foi criticado e recebido com resistências.⁵⁵

⁵⁵ Torna-se considerável aqui citar a seguinte afirmação de Michelle Perrot: "Ora, é preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra". PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 55. André Constantino seguiu semelhante caminho e pontuou que "[...] como se sabe, ao exercício de um dispositivo de poder corresponderá – sempre – um *contrapoder*: as relações de poder são sempre instáveis, constituídas por lutas, enfrentamentos e pontos de resistência". YAZBEK, André Constantino. *10 lições sobre Foucault*. 6 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 121 e 122. Grifo presente no original.

REFERÊNCIAS

Fontes

CAMPOS, Cleómenes. O louco e as estrelas. *Revista da Academia Sergipana de Letras*, v. 1, nº. 2, Aracaju (Sergipe), 1931.
Figura da Cadeia Pública, ano 1908(?). In: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>> Acessado em 03/09/2019.
Jornal *Correio de Aracaju*, 14/04/1907, Aracaju-Sergipe.
Jornal *Folha de Sergipe*, 26/09/1907, Aracaju – Sergipe.
Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, 2ª sessão da 8ª Legislatura, em 07 de setembro de 1907, pelo presidente do Estado, Guilherme de Sousa Campos, Aracaju, 1907.

Bibliografia

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 4, 2002, p. 677-704.
ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.
BARBOSA, Alisson Gonçalves. *O povo, os juízes e a polícia: histórias de abuso de poder policial na Bahia 1900-1920*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.
BARBOSA, Mario Davi. Originalidade e pessimismo: a recepção da criminologia positiva na obra de Nina Rodrigues. *Revista Liberdades*, nº 8, setembro-dezembro, 2011.
BARRETO, Lima. *Diário do Hospício: O cemitério dos vivos*. Prefácio Alfredo Bosi; Organização e notas de Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
Biografia dos Desembargadores do Tribunal de Justiça de Sergipe. In: <http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=329&titulo=biblioteca_virtual> Acessado em 08/09/2019.
CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. 3. ed. Aracaju: Banese, 2001.
CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos e BRETAS, Marcos Luiz (orgs). *História das Prisões no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.
COSTA, Kátia Regina Lopes. *Disciplinar, regenerar e punir: os caminhos do menor delinquente sergipano (1891-1927)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
COSTA, Kátia Regina Lopes; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Caminhos para o confinamento: práticas acerca do menor delinquente sergipano (1891-1927). *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*, Ano 3, Número 4, fevereiro, 2016.
CRUZ, Jeferson Augusto da. O Rio como exemplo: ecos da Belle Époque em Aracaju – SE (1920-1926). *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

Dicionário Biográfico de Médicos de Sergipe. <<http://academiasergipanamedicina.com.br/dicionariomedico/dicionario.php?id=31905>> Acessado em 17/10/2019.

FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FOUCAULT, Michel. A casa dos loucos. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. A política da saúde no século XVIII. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FRANCO, Emmanuel. O clã do engenho Porteiros. *Revista da Academia Sergipana de Letras*, v. 1, nº. 35, Aracaju (Sergipe), 2005.

GASPARIN, Marizete. *Prazer e Sorte: o jogo do bicho em Porto Alegre (1893-1903)*. Dissertação (mestrado) – UPF / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2007.

HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de sorte: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993.

LIMA, Jorgina Tomaceli de Sousa. O início da assistência à loucura no Brasil. *Em Debate* (PUCRJ. Online), v. 8, 2008.

MAURÍCIO, Juliete Laura Rocha. Positivismo criminológico: as ideias de Lombroso, Ferri e Garófalo. *Olhares Plurais – Revista Eletrônica Multidisciplinar*, Vol. 1, nº 12, 2015.

MELINS, Murillo. *Aracaju romântica que vi e vivi*. 3. ed. Aracaju: Unit, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, V. 13, p. 2009.

MENEZES, Mozart Vergetti de. A escola correccional do Recife (1909-1929). In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos e BRETAS, Marcos Luiz (orgs). *História das Prisões no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

NEVES, Marcia das. A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues. *Revista Filosofia e História da Biologia*, V. 3, 2008.

NUNES, Maria Thetis. *História da educação em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, Daiane de Jesus. *“Da arte de curar à prisão de um ocultista”: ocultismo, magia e ciência em Aracaju, SE (1923-1928)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

- OLIVEIRA, William Vaz de. *A assistência a alienados na capital federal da primeira república: discursos e práticas entre rupturas e continuidades*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PETRARCA, Fernanda Rios; SALMERON, Igor; MELO, Dinarty de. Os Médicos em Sergipe: articulações entre profissão, administração hospitalar e política. *XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil*. UFPI, Teresina-PI, 2012.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*. São Paulo: Alameda, 2011.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- SCOTON, Roberta Müller Scafuto. Trabalho e Saúde Mental na Primeira República. *Anais do I Colóquio do LAHES - Laboratório de História Econômica e Social*, Juiz de Fora, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Ewerton Luiz Figueiredo Moura da. *Do sonho à loucura: portugueses e a doença mental em São Paulo (1929-1939)*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.
- SILVA, Henrique Batista e. *História da Medicina em Sergipe*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2007.
- SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Disciplina e Resistência: Cotidiano dos Operários Têxteis em Aracaju (1910 a 1930)*. Monografia (Bacharelado) – Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1991.
- STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection.
- WEYLER, Audrey Rossi. A loucura e a República no Brasil: a influência das teorias raciais. *Psicologia USP*, v. 17(1), 17-34, 2006.
- YAZBEK, André Constantino. *10 lições sobre Foucault*. 6 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Artigo recebido em 21/10/2019 e aprovado em 12/02/2020.